

Divagações de uma desembargadora quase quarentona

O título, fruto de uma liberdade mais que poética, não reflete perfeitamente a realidade. Não sou uma mulher de quase quarenta anos para ser chamada, carinhosamente, assim. Sei exatamente o meu tamanho e o tempo que vivi, até agora, sobre esta terra. Conheço minha trajetória e sei o quanto já colhi de flores e frutos, e os louros com que enfeitei minha frente nessa caminhada da vida, mas também não esqueci os desafios. Vejo as marcas em meu rosto e em minhas mãos... Essas linhas escritas na pele pelo tempo me parecem agora um pouco desordenadas, diferente do que tanto me esforcei para escrever de forma correta, clara e justa com minha caneta, a pesada pena de uma magistrada.

Do que posso registrar, porém, dessa vida de uma mulher dedicada à Justiça, mais particularmente à Justiça do Trabalho, são alguns flashes luminosos que me vêm à mente neste ano em que completo 38 anos (daí o termo “quase quarentona”) de magistrada dedicados a um tribunal que nasceu abençoado por uns, mas muito mais desacreditado, criticado e por vezes até mesmo ridicularizado por muitos.

O Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região nasceu em 1986, e neste ano, ele, sim, comemora os seus 40 anos! É, portanto, um tribunal quarentenário, como diriam os mais puristas. Gosto, porém, do charmoso termo “quarentão”. Soa alguém maduro com jovialidade, estável mas pulsante. Tudo a ver com o nosso querido tribunal. Alguém em quem se pode confiar, contar, buscar.

Começou a ser gestado em 14 de julho de 1986, com a assinatura de sua criação pela Lei nº 7.520, sancionada pelo então presidente José Sarney. Somente em 5 de dezembro daquele ano, no entanto, o que era uma ideia ousada se concretizou, e isso não era uma miragem no deserto, como aquelas dos contos maravilhosos das mil e uma noites. Não... ele nasceu! Com o vigor da coragem dos paulistas, com a sabedoria e desejo de seus magistrados de fazerem mais e melhor... e eles vieram, num primeiro momento, migrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, sediado na capital do estado, e que, agora dividido, tornou-se para sempre o nosso tribunal irmão, fenômeno único no país. Sua sede judicial ocupava apenas os três primeiros andares de um prédio de seis pavimentos, onde antes já funcionara o antigo Banco Econômico, ali na rua Conceição, esquina com a Dr. Quirino, área central de Campinas.

O time de magistrados aprovados no primeiro concurso do TRT-15 chegou no dia 1º de dezembro de 1988. E eu estava lá entre eles, uma mulher de 37 anos, já amadurecida na lida da Justiça, tendo exercido por mais de 10 anos a advocacia. Devo confessar, contudo, que esse não era o meu primeiro sonho dourado...

Quando deixei minha terra, a ensolarada Belém do Pará, para tentar fazer uma pós-graduação em São Paulo, meu desejo era me tornar juíza de uma vara de família. Sonhava em exercer o que entendo ser meu dom mais precioso na vida, o de ser uma pessoa pacificadora, capaz de compor conflitos. Até então, meu céu seria equilibrar as relações entre familiares. Mas a vida me conduziu por outras veredas, encaminhando-me naturalmente para “causas humanistas ainda maiores” até chegar à Justiça do Trabalho, por que me encantei. Minha consciência se expandiu. Refiz minha rota.

Como disse, integrei a primeira turma da Magistratura do TRT-15, um tribunal jovem, pujante, promissor. E minha vida era assim como um conto de fadas togadas... sempre me exercitando em equilibrar a realidade e o sonho (nunca escondi que tenho alma romântica e contemplativa, sei ler mensagens num simples pôr-do-sol ou num vento que acaricia os galhos de uma árvore). Equilibrar também a generosidade de meu coração e a lealdade de meu juramento (fazer justiça), como uma boa leonina com ascendente em leão que sou, solar, muita autoconfiança, algum traço de vaidade (sim, sou mulher, humana), mas dona de um coração caloroso e protetor, como deve também ser a Justiça do Trabalho. Defensora dos mais fracos. Caminhei por diferentes Juntas de Conciliação e Julgamento, que no começo do tribunal foram apenas 38. De lá para cá, o aumento foi expressivo. As Juntas se chamam agora Varas do Trabalho, e hoje são 153, cobrindo uma extensa área com 599 municípios jurisdicionados pela 15ª, com seus 70 desembargadores e 270 juízes de primeira instância. Alcancei a titularidade na cidade de Bebedouro, mas também passei por Guaratinguetá e Jacareí até alçar ao cargo de desembargadora. A trajetória foi longa, mas a alma se ergueu, iluminada pela gratidão que aprendi cultivar por todas as conquistas da vida. Lembro-me sempre de minha mãe dizendo “tu vens do sol, minha filha”. De minha mãe, que era pianista e amava óperas, também ganhei a delicadeza. Eu acreditei em suas palavras e me encantei, confiei nessa força delicada que me orientou as escolhas, pautou minhas decisões como juíza e me fez acreditar que entreguei a justiça, como esperavam de mim. Nada temo, nunca temi. Sempre gostei de encarar a realidade e assim escolhi viver. Talvez por isso, neste momento em que me preparo para me despedir da vida pública, a aposentadoria não me parece algo terrível. Não me aposento, faço uma transição de carreira. Quando repasso minha vida, vejo nessa linha invisível que costura retalhos, momentos, uma luz dourada que a tudo encanta e dá sentido. Nada se perdeu, nada perdi, nem aqueles que já se foram. Encaro tudo como uma missão que se cumpriu, a deles... a minha que ainda se cumpre.

De todas as minhas lembranças como magistrada, a que mais me trouxe felicidade foi a de presidir o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região. É estranho falar do tempo e da impressão que ele promove. Foram só dois anos. Para uns, um sopro, para outros, longo demais. No meu caso, um agravante histórico. Ao assumir a Presidência em dezembro de 2020, iniciei minha gestão em plena pandemia. Um tribunal vazio, um mundo vazio. As pessoas recolhidas em casa, abraços impedidos, contatos proibidos, trabalhadores perdendo o emprego, o mundo parado à espera de um futuro melhor. A par de toda dor e todo medo que o Coronavírus nos causou, meu sentimento, mais uma vez, é de gratidão. Conseguimos atravessar esse período com algumas conquistas importantes, sendo a maior delas a manutenção, no tribunal, de todos os contratos de trabalho terceirizado. E o mundo não acabou. Pelo menos não no sentido bíblico. De certa forma muita coisa acabou, e o mundo que conhecíamos aos poucos se acaba dia a dia. Hoje tentamos equilibrar dois mundos que até pouco tempo se separavam perfeitamente, o real e o virtual. Não podemos mais dizer isso, vivemos muito a nossa realidade pessoal e profissional no mundo virtual. E é assim que percebo o grande desafio para as próximas gerações, especialmente a dos magistrados. Se nossa Justiça do Trabalho, nascida da força, do suor e do sangue derramado de heroicos operários, ainda sobrevive num mundo cada vez mais hostil e competitivo, com o avanço das tecnologias, com a valorização cada vez maior do capital em detrimento do ser humano, qual será o papel de nossos futuros juízes? Como defender a realidade num mundo cada vez mais imaginário, como defender os direitos dos trabalhadores que não se sentem assim mais tão trabalhadores, mas um batalhão de empreendedores autônomos? Cada um por si? Equilíbrio! Busquem o equilíbrio. Eu que sobrevivi às fadas, encontrei nelas meu prazer, sou poeta, sei dizer meu sentimento, mas também aprendi, com elas, que posso ser forte, justa e assim encarei minha missão de magistrada. Encarem assim também, a sua missão. Ser juiz não é sacerdócio, não precisamos ser tão santificados. Queremos justiça, sempre justiça, mas com amor, com distribuição de direitos conquistados, consolidados, respeitando o ser humano, nosso foco maior.

Ademar Lopes Junior
Servidor público - jornalista